

Ata de Reunião do Sistema Integrado de Meio Ambiente e Mudança do Clima - SIMAMC

Data: 06 de abril de 2026.

Horário: 10h23min.

Local: SEMA

Pautas:

1. Análise da Minuta de Regimento Interno do SIMAMC;
2. Apresentação dos resultados da 1ª fase da Operação Amburana: comando e controle ambiental;
3. Informações sobre as providências adotadas em razão das determinações decorrentes da Ação de Preceito de Descumprimento Fundamental - ADFP 743/DF, que tramita perante o Supremo Tribunal Federal - STF, em face da União e os Estados da Amazônia Legal e do Pantanal, tendo como objeto o combate ao desmatamento e os incêndios florestais, bem como a melhorias no Cadastro Ambiental Rural - CAR;
4. Recomendações da Nota Técnica nº 5/2026/SEMA - DIGECA (0020119325).

Presentes: 1. Leonardo das Neves Carvalho (Secretário de Estado do Meio Ambiente/SEMA) e Renata Silva Souza (Secretária Adjunta/SEMA); 2. Francisca Arara (Secretária Extraordinária dos Povos Indígenas/SEPI); 3. Ivo Pericles Sena (Diretor de Licenciamento de Atividades Rurais, Florestais e Fauna/Imac); 4. Jaksilande Araujo de Lima (Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre/IMC); 5. Tayana da Silva Pinheiro (Planejamento/ITERACRE); 6. Cel. Carlos Batista da Costa (Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil / CEPDC); 7. Edivan Maciel de Azevedo Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura/SEAGRI).

Participantes: 1. Thales Farias (SEPI); 3. Roberto França (IMAC); 3. Danna Anute (SEPI); 4. Pedro Henrique Correa Teixeira (CEPCD); Daniel Nogueira Souza do Vale (DFAE/IMAC).

Secretária Executiva SIMAMC: Steina Ribeiro Cascais

1. Abertura da Reunião:

No dia 06 de abril de 2026, segunda feira, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente -Sema, em Rio Branco, ocorreu a 3ª reunião do Sistema Integrado de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (SIMAMC).

2. Ordem do dia:

Pauta I: Apresentação dos resultados da 1ª fase da Operação Amburana: comando e controle ambiental. Deflagrada em fevereiro deste ano e que integra as ações do SIMAMC, em parceria com o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) e o Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER). Os alertas de desmatamento detectados por satélite passam por validações criteriosas do CIGMA e IMAC antes de gerar autuações: Detecção por Satélite, Análise CIGMA, Validação de Campo — IMAC, Autuação e Embargo que Confirmado o desmatamento ilegal, o auto de infração e embargo são lavrados no SIMAMC. A apresentação trouxe informes quanto ao monitoramento e validação dos alertas de desmatamento, painel geral e visão consolidada, autuações por ano (2018-2026), meta do PPCDQ (Plano Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas no Acre) com demonstrativo da taxa de desmatamento (2023-2026), alertas de desmatamento 2026 por municípios: Feijó concentra 44% de toda a área desmatada no Acre em 2026, *o equivalente a 65.000 campos de futebol destruídos. 3 municípios respondem por 75% do total alertado.*

OPERAÇÃO AMBURANA 2026 - DISTRIBUIÇÃO DE MISSÕES NAS UC's: Nota Técnica 5/2026/SEMA-DIGECA, Operação Amburana, 18 missões (março a novembro); Prioridade: FE Antimary (5 missões) e FE Gregorio (3 missões) - 70% dos passivos acumulados. Operação Amburana Fase 1. Planejamento de Ações: 23/02/2026 a 02/03/2026, com atuação estratégica dividida por regionais do estado, utilizando metodologias de acesso aéreo e terrestre para verificação in loco de alertas de desmatamento, requisições Ministeriais e denúncias da população. Regional Juruá Foco exclusivo em alertas de desmatamento, com execução via acesso aéreo. Municípios Alvo: Cruzeiro do Sul (20), Rodrigues Alves (21), Porto Walter (19), Marechal Thaumaturgo (8) e Mâncio Lima (2). Operação: Equipe 1 (Arthur, Marla) e Equipe 2 (Glaucio, Josué). Apoio Logístico: CIOPAER. Regionais Purus e Purus-Envira. Purus: Foco em Queimadas Demandante: MPE Acesso: Terrestre Operações focadas na averiguação de polígonos de queimadas nos municípios de Sena Madureira (3 polígonos) e Manoel Urbano (2 polígonos). Purus-Envira: Desmatamento Demandante: SEMA Acesso: Terrestre Fiscalização de áreas de alertas de desmatamento na Unidade de Conservação do Afluente em Manoel Urbano (8) e Feijó (8), além de localidades em Sena Madureira com maior concentração (14 polígonos). Alto Acre e Denúncias Populares: Ações terrestres focadas na verificação in loco de violações ambientais reportadas pela SEMA e população: Verificação de corte ilegal de árvores na Regional Purus (Sena Madureira - AC90). Investigação de desmatamento e queimada no Alto Acre (Denúncia Popular), com destaque para Porto Acre (45 polígonos). Rastreamento de alertas de desmatamento concentrados em Porto Acre (10 polígonos) e Bujari (13 polígonos). Equipe Destacada: R. Strapasson, Josmario e Bruno, com escolta do BPA. Ações Aéreas: Baixo e Alto Acre: Baixo Acre (Foco Atual) Averiguação de alertas de desmatamento em Capixaba (10) e na capital, Rio Branco (41 polígonos), exigindo resposta rápida. Alto Acre (Próximas) Ações já mapeadas para a próxima fase em Assis Brasil (6), Brasiléia (5), Xapuri (7) e Epitaciolândia (1). Logística e Equipe Execução centralizada pelos agentes Ivan e Harriett, operando exclusivamente com suporte aéreo do CIOPAER para cobertura estendida.

Leonardo Carvalho (Secretário de Estado do Meio Ambiente): descartou a importância de apresentar o panorama das ações de comando e controle realizadas no primeiro trimestre e alinhar as próximas estratégias do Estado para 2026. Segundo os dados expostos, o estado reduziu em 46% a taxa de desmatamento entre 2023 e 2025, saindo de 601 km² para 324 km², com média anual de 220 km² abaixo da meta prevista no Plano de Prevenção, Controle do Desmatamento e Queimadas do Acre (PPCDQ). O melhor desempenho foi registrado em 2025, quando o estado ficou 43% abaixo da meta estabelecida. Esses números dialogam com o resultado já divulgado pelo governo, segundo o qual o Acre superou em 43% a meta de controle do desmatamento prevista para o ano florestal de 2024/2025.

Pauta II: Informações sobre as providências adotadas em razão das determinações decorrentes da Ação de Preceito de Descumprimento Fundamental - ADFP 743/DF, que tramita perante o Supremo Tribunal Federal - STF, em face da União e os Estados da Amazônia Legal e do Pantanal, tendo como objeto o combate ao desmatamento e os

R. Benjamin Constant, 871-1075 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-160

SEMA– Secretaria de Estado do Meio Ambiente

incêndios florestais, bem como a melhorias no Cadastro Ambiental Rural – CAR. As providências adotadas pelo Estado em razão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) estabelece obrigações aos estados da Amazônia Legal e do Pantanal relacionadas ao combate ao desmatamento, aos incêndios florestais e à melhoria da regularização ambiental, com ênfase na integração das bases do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental.

Leonardo Carvalho (Secretário de Estado do Meio Ambiente): discutimos quais são as ações que o Estado do Acre está conduzindo em relação à ADPF 743, inclusive com a implantação de um plano de melhoria para os próximos 24 meses. Socializamos com os órgãos do sistema integrado as medidas que serão adotadas para avançar na regularização ambiental e na integração das bases de dados do CAR e do Programa de Regularização Ambiental.

Pauta III: Análise da Minuta de Regimento Interno do SIMAMC. Será debatido, na próxima reunião do Simamc, a estruturação do regimento interno, a formação de câmaras técnicas para subsidiar o planejamento integrado das ações ao longo de 2026.

Jaksilande Araujo de Lima (Presidente do IMC): informe do processo de certificação dos créditos de carbono do Acre no âmbito do programa de REDD+ Jurisdicional do estado, o ISA Carbono do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa), que passará por uma verificadora, ou seja auditoria. O planejamento será feito com uma capacitação nos dias 20 a 24 de abril com os pontos focais do estado que passaram os informes ao IMC, por meio de seus técnicos e contamos com colaboração de todos os entes envolvidos.

Renata Silva Souza (Secretária Adjunta/SEMA): será enviado um ofício os órgãos que compõem o SIMAMC, para indicarem seus representantes titular e suplente, para publicarmos a portaria de nomeação.

Leonardo Carvalho (Secretário de Estado do Meio Ambiente): na construção do regimento interno estamos sugerindo que a gestão do Comitê Gestor seja exercida pelos titulares dos órgãos e entidades.

3. Encaminhamentos:

1. Enviar ofício à Secretaria de Estado de Comunicação -SECOM perguntando sobre o andamento para Campanha de combate ao desmatamento e as queimadas, no exercício de 2026.
2. Oficializar a Secom solicitando apoio em matéria sobre o Embargo remoto, conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 1, que regulamenta o procedimento administrativo de embargo remoto em áreas com supressão de vegetação, exploração florestal ou uso do fogo irregulares em imóveis rurais no Estado do Acre, objetivando a divulgação nas redes sociais e rádio, prestando esclarecimento sobre os critérios técnicos e os fluxos operacionais das ações de fiscalização ambiental de forma mais clara para a população.
3. Encaminhar os membros do SIMAMC o documento da minuta do Regimento Interno, para fazerem suas contribuições, no prazo de 10 dias. O arquivo será compartilhado pelo google drive.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h45min, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente do Comitê Gestor e por mim Secretária Executiva do SIMAMC.